

O TEMA RISCO ASSOCIADO A DESASTRES NATURAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA LEITURA DISCURSIVA A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Darlan da Conceição Neves*
Alfredo Borges de Campos**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar duas análises de textos contidos em livros didáticos. Na oportunidade, discutimos o aspecto discursivo do livro, a partir da Análise de Discurso Crítica, a qual pode ser utilizada para investigar possíveis sentidos (ideológicos) de textos que ora podem constranger o conhecimento ora podem promover a construção do conhecimento da geografia escolar. Identificamos que um dos textos utiliza-se da diferença por meio de metáforas para construir sentidos de realidade, a partir das quais, espaços são valorizados e outros depreciados. O outro texto apresenta a enchente como uma das resultantes do processo de urbanização do Brasil e, para tanto, representa elementos do espaço como frutos de contradições socioespaciais espaço temporalmente determinadas. Conclui-se que, embora os livros didáticos sejam da mesma coleção analisada, apresentam uma interdiscursividade contraditória.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Enchente. Aprendizagem. Urbanização.

1 INTRODUÇÃO

O século XX marcou um momento único na história da humanidade: a forma complexa da relação sociedade e natureza a partir do advento do desenvolvimento tecnológico e da urbanização mundial. O que resulta desse processo de raízes históricas são as formas pelas quais

* Mestrando em Ensino e História de Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas-SP. E-mail: dneves1987@gmail.com

** Professor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Campinas-SP. E-mail: alfredo.borges.campos@gmail.com

as sociedades contemporâneas vão inscrever a natureza nessa relação, e, a partir dessas formas, produzir um conhecimento cada vez mais profundo sobre si e do mundo. As formas de produção do espaço geográfico também ganharam novos direcionamentos. O adensamento populacional em aglomerações urbanas a partir de meados do século XX, principalmente em países em desenvolvimento, marca o período da humanidade em um novo momento histórico: o mundo urbano, com características e demandas próprias. As atividades econômicas além de remodelar os lugares de consumo bem como a desigual distribuição deste, põem em divisão quem vai produzir o que e onde. Assim, criam-se espaços em processo de inclusão de riscos, pobrezas e exclusão na apropriação da riqueza, gerando desigualdades sociais que se refletem principalmente nas formas de habitar.

Os riscos associados aos desastres naturais estão ligados à complexa e dinâmica interação entre sociedade e natureza, que atualmente, é reflexo das formas de produção do espaço em todas as suas dimensões; a isto se associam as formas do viver e do produzir. A partir de um conjunto de variáveis naturais e sociais, esses riscos podem ser iminentes e, embora desencadeados por fatores naturais podem ser ampliados, intensificados ou reduzidos pela agência humana, a depender de como estas marcam o território.

No Brasil o processo de produção do espaço historicamente determinado instaurou um movimento excludente. Consequências disso é o contingente populacional que habita áreas de risco a deslizamentos e inundações (encostas e margens de rios).

O processo de urbanização brasileira ocorreu de forma intensa e desigual. A oportunidade de viver com qualidade nas nossas cidades não se apresenta da mesma forma para todos, o que leva grande parte da população menos favorecida a ocupar áreas impróprias para a moradia, que oferecem, por sua vez, riscos à vida, especialmente nas encostas e margens de rios. Como consequência, temos uma grande parte da população vulnerável à ocorrência de acidentes envolvendo danos materiais e vítimas fatais (CARVALHO e GALVÃO, 2006, p. 7)

Não raro, como é cotidianamente noticiado em períodos chuvosos intensos ou de longa duração, os centros urbanos são afligidos por alagamentos e inundações que assolam a vida de parte de suas populações, senão completamente; perdas de bem materiais são recorrentes: automóveis que são arrastados pelas correntezas das águas, casas que são destruídas com todos os móveis e eletrodomésticos. As áreas serranas do Sudeste, principalmente, sofrem com contínuos movimentos de massa úmida; o perigo de deslizamentos de terra em áreas declivosas (encostas)

que são habitualmente utilizadas para a produção “espontânea” de espaços de moradia. Não se trata da descrição da catástrofe, embora seja esse o cenário de milhares de pessoas no Brasil. Trata-se de um processo de contínua reconstrução do poder habitar áreas que naturalmente são instáveis e, portanto, impróprias à habitação.

O objetivo desse trabalho é analisar discursivamente como os riscos associados a desastres naturais em ambiente urbano são figurados em livros didáticos de Geografia para, assim, compreender como o tema é discursivamente construído a partir de um conjunto sociolinguístico de recursos que constroem a realidade que será ensinada através desse material didático. Entendendo que o tema em questão encontra-se na dispersão dos enunciados na coleção didática avaliada, foram selecionados dois textos que se aproximam daquele, quais sejam: “O problema das metrópoles e seus desafios para o século XXI” e “A disseminação de bairros pobres e as tensões no espaço urbano”. A análise desses textos apresentada neste artigo compõe parte do corpus da pesquisa que estamos empreendendo a nível de pós-graduação (Mestrado) no programa Ensino e História de Ciências da Terra, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O texto 1 está contido no livro de volume 2 e o texto 2 no livro de volume 3 da coletânea de livros didáticos de geografia do Ensino Médio intitulada *Geografia: espaço e vivência*, de autoria de Bolígan e Alves (2013a; 2013b), que consta no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2015.

A proposta de identificar os nexos de relação entre ensino de geografia para reflexão crítica e a realidade apresentada em textos apresentados no livro didático de Geografia, tem seu norte nos seguintes questionamentos: Como o tema pode direta ou indiretamente relacionar-se aos riscos associados a desastres naturais em ambiente urbano? Como o discurso do texto didático é posto em funcionamento para permitir sentidos de aprendizagem? Qual a importância de se ensinar a partir de um olhar sobre os riscos associados a desastres naturais? Ressaltamos desta forma que, nosso olhar será direcionado para o funcionamento do discurso; para as filiações das formações discursivas nas quais os enunciados estão vinculados, para identificar potencialidades, permanências e mudanças discursivas que possibilitem uma aprendizagem significativa a partir do tema abordado.

Na primeira parte do artigo abordaremos os riscos associados a desastres naturais aproximando-os das discussões em torno da produção do espaço; na segunda parte apresentaremos os pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC) postulada por Norman

Fairclough (2016) através da qual foram analisados aqueles dois textos didáticos de livros didáticos de Geografia; na terceira parte apresentaremos resultados da análise ilustrada e as considerações finais.

1.1 Desastres naturais em ambiente urbano

Os desastres naturais de um modo geral ocorrem quando eventos naturais incidem em ambiente humano tais como cidades, vilas, áreas agrícolas, etc., causando danos a uma dada comunidade ou sociedade (TOMINAGA, 2009a). Logicamente o risco ao desastre pressupõe a potencialidade de ocorrência de uma álea (acontecimento possível e sua probabilidade de realização) (VEYRET, 2007), levando-se em consideração o grau de vulnerabilidade ao qual dada sociedade/comunidade está circunscrita.

Neste espaço de discussão busca-se compreender tais riscos a partir de uma ótica geográfica com um olhar anterior ao próprio risco, a partir da produção do espaço urbano. Excluímos as discussões de desastres naturais relacionados a eventos que independem da ação humana, tais como terremotos, tsunamis, furacões e tornados. Abordaremos apenas questões sobre enchentes, inundações e movimentos de massa (deslizamentos), por se tratarem de eventos palpáveis à realidade nacional e de maior incidência. Portanto, defende-se que para trazer o tema para o campo do ensino de Geografia, é preciso inseri-lo em um contexto maior associado à relação entre sociedades contemporâneas e a natureza, materializada cotidianamente pela produção do espaço. Assim, identifica-se como pressuposto básico a concepção de espaço geográfico multidimensional (CORRÊA, 2011), para o qual o espaço é compreendido através de múltiplos fatores de interesses que ora se convergem, ora divergem.

Tominaga (2009a, p. 13) afirma que

Os desastres naturais podem ser provocados por diversos fenômenos, tais como, inundações, escorregamentos, erosão, terremotos, tornados, furacões, tempestades, estiagem, entre outros. Além da intensidade dos fenômenos naturais, o acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, levou ao crescimento das cidades, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando as situações de perigo e de risco a desastres naturais.

Se observamos as variáveis que a autora expos para elaborarmos raciocínios espaciais sobre os desastres naturais, veremos que há um conjunto de fatores naturais e sociais que se coadunam para causá-los. A partir de tal asserção, ver-se-á que a urbanização como fator humano é preponderante para a intensificação dos eventos naturais, pois ao produzir o espaço em áreas impróprias tais como áreas de risco, os agrupamentos humanos se colocam na linha de um possível desastre, ou seja, correndo risco de danos. Mais uma vez, a forma como as sociedades contemporâneas vão se apropriar do espaço determinará a magnitude e a extensão dos eventos, associados, claro, às condições ambientais do terreno e as suas próprias condições sociais, econômicas, tecnológicas e culturais. A pergunta que fazemos neste momento é: Por que o espaço se (re)produz em áreas de risco? E por que, logicamente, sempre as pessoas menos desfavorecidas são as mais afetadas pelos desastres em ambiente urbano? A pretensão é aprofundar geograficamente o tema e possibilitar sentidos críticos de aprendizagem. Trataremos mais adiante de tentar responder esse questionamento, a partir e um olhar mais atual.

Nunes (2015) apresenta um panorama dos desastres naturais na América Latina relacionados a eventos naturais de natureza diversa. A autora afirma que a urbanização por meio da produção do espaço e a globalização, que não desconsidera as especificidades locais dos espaços produtivos, têm ampliado as possibilidades de ocorrência dos desastres, vista a forma pela qual esse espaço tem sido construído. Em seus estudos aponta que no Brasil, nas últimas décadas, as inundações são os eventos que mais tem ocorrido e trazido perdas de vidas humanas e materiais, registrando um total de 101 entre 1960 a 2009, com um número de mortos de 5.881, embora o número de afetados esteja acima de 17 milhões. Afirma ainda que em nosso país 26 cidades com população acima de 750 mil habitantes estão expostas a algum evento com possibilidade de ocorrência de algum desastre natural.

Como afirma a autora, “o número de cidades sob risco associa às suas susceptibilidades, vulnerabilidades e à falta de políticas públicas que comtemplem mais fortemente essa questão que, em diferentes graus, são escassas e precárias [...]” (NUNES, 2015, p. 66). Os dados apontados por esta autora consideraram também a integração dos conhecimentos acerca dos sistemas naturais e antrópicos, o que ajuda a entender a dupla paternidade dos desastres naturais.

Os movimentos de massa (deslizamentos de massa úmida, em específico) aparecem como segundo evento que mais causam prejuízos, notadamente pela localização das habitações encontrarem-se em áreas declivosas, de risco, como encostas, topos de morros e fundos de vale.

Nunes (2015) afirma que ocorreram 21 deslizamentos caracterizados como desastres no mesmo período de tempo (1960 a 2009), com um número de óbitos de 1.590 e número superior de afetados, que superam os 4 milhões, com prejuízos de mais de 800 milhões de dólares.

Cerri e Amaral (1998) afirmam existir riscos ambientais em sentido macro (naturais, sociais e tecnológicos); esses autores identificam os riscos naturais como os atmosféricos, geológicos e hidrológicos. As áreas que sofreram modificações para que o homem pudesse estabelecer seu ambiente, acumulam alterações ecológicas que cotidianamente causam situações de completo transtorno de mobilidade; a título de exemplo, os cursos d'água urbanos são retificados para a dinamização das vias de circulação interna; córregos que transbordam a cada chuva de elevada magnitude interrompem a circulação de pessoas, veículos e mercadorias, principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus, Campinas, Belo Horizonte, etc. Marcelino (2008) aponta que em futuro próximo, as inundações serão os desastres mais proeminentes no Brasil.

Toninaga (2009b) afirma que para a prevenção do risco associado a desastres é preciso conhecê-lo para adotar medidas preventivas; isso envolve o conhecimento dos fenômenos que causam desastres (eventos atmosféricos, hidrológicos, geológicos, etc). Por assim dizer, é necessário investigar os condicionantes que envolvem os eventos naturais em termos de processo, extensão, frequência e magnitude. Não menos importante, o conhecimento também do uso e ocupação do solo é fator importante para entender como a população habita e desenvolve suas atividades produtivas, culturais, ou seja, percebe e se relaciona com seu ambiente, pois é daí que saberemos como a natureza é vista por uma dada sociedade ou comunidade; esses fatores nos trazem um entendimento social do problema.

Entende-se que o risco associado aos desastres naturais não deve ser analisado ou estudado como um fato em si mesmo, como uma situação naturalizada, antes, defende-se a tese de que a partir da diferenciação socioespacial como produto da produção e reprodução do espaço geográfico realizado pelos agentes sociais, os eventos naturais, tais como inundações e deslizamentos e dinâmicas atmosféricas, se acentuam ou são engatilhados no espaço urbano através do conjunto de retificações empregadas no ambiente ou fora deste (no campo) que podem alcançar indiferentemente as classes sociais; mas que em sua maioria os prejuízos recaem sobre comunidades menos assistidas, principalmente nos assentamentos precários.

No tocante ao processo de compreensão da produção do espaço urbano de São Paulo, Carlos (2015, p. 20) nos traz contribuições importantes. Desta forma aponta que,

A construção de um pensamento crítico sobre a produção do espaço urbano no mundo moderno revela o aprofundamento das contradições decorrentes da reprodução da sociedade, num mundo de generalização da urbanização, da passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro e de uma sociedade eminentemente urbana. A análise geográfica do mundo seria, portanto, aquela que caminharia na direção do desvendamento dos processos construtivos da reprodução do espaço, uma vez que é no espaço que se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade, bem como as contradições.

Concordando com tal posição, deve-se fazer menção a uma produção de conhecimento crítica do espaço. Essa leitura, no que tange a relação produção do espaço e riscos associados a desastres naturais, vai além de analisar os fenômenos naturais e suas consequências para a sociedade. Perpassa antes pela análise de como o espaço tem sido utilizado pela ação humana e como isso implica em condições sociais de produção ou desencadeamento dos desastres naturais, pois só é desastre se houver a presença de homens e mulheres sofrendo danos. Nossa olhar volta-se para o mundo urbano atual que se materializa noite e dia a partir de interesses diversos, apontados acima pelo capital, mas não só este, bem como a produção espontânea do espaço pelas comunidades, sociedades em seus diversos graus de desenvolvimento, de sua relação cultural com a terra e como isso produz condicionantes sociais que somados a fatores naturais vão contribuir para causar ou desencadear riscos associados a desastres naturais.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

Para investigação dos discursos em textos didáticos, buscamos adotar a abordagem teórico-metodológica de Fairclough (2016) sobre a concepção de discurso para o desenvolvimento desse trabalho. Concebemos, assim como esse autor que, o discurso opera no campo da circulação de ideologias que estabelecem e reproduz relações sociais assimétricas de poder. O texto didático não foge à regra de ser atravessado por discursos que põe à existência sentidos potenciais de texto.

Fairclough adota o discurso a partir de um modelo tridimensional: enquanto texto, prática discursiva e prática social e não como uma puramente atividade individual. Segundo o autor, a

partir dessa consideração, há algumas implicações. Implica dizer, em primeiro lugar que, o discurso é um modo de ação, e como ação é uma maneira através da qual as pessoas têm de agir sobre o mundo, sobre as outras pessoas, por meio de gêneros discursivos. E também é um modo de representação de aspectos do mundo, por meio de discursos particulares. Em segundo lugar, implica o estabelecimento de uma relação dialética entre discurso e estrutura social, tornando o discurso enquanto parte irredutível da realidade, das práticas socioespaciais. Neste caso, a estrutura social é a condição da existência da prática social, portanto diz-se que a estrutura social é condição e efeito da prática social.

Assim afirma:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95)

Segundo este autor, a partir do diálogo estabelecido com Linguística Funcional Sistêmica, o discurso possui três efeitos construtivos. Primeiro o de que o discurso constitui as identidades sociais e as posições de sujeito para os ‘sujeitos’ sociais, e os tipos de ‘eu’. Além disso, afirma que o discurso coopera para a construção das relações sociais. E por último contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença; esta última colocação funda-se em Foucault (2012), do discurso como prática.

Fairclough (2016) afirma que esses três efeitos do discurso correspondem a três funções da linguagem respectivamente e as dimensões do sentido que coexistem e interagem em todo o discurso, quais sejam, as funções da linguagem ‘identitária’, ‘relacional’ e ‘ideacional’. Sobre essas três funções da linguagem, assim afirma.

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 96)

Os efeitos constitutivos do discurso estão sempre associados a outras práticas (materiais). Por exemplo, a posição de aluno no ambiente escolar está associada às práticas de realização de exercícios, ao vestuário que o identifica, ao seu comportamento, a observância à autoridade

docente e da direção escolar, etc. Já o sujeito professor, que corresponde à posição de quem ensina, a este além dos discursos institucional, normativo e científico, inerente a sua posição social, tem-se a elaboração de planos de aula, de ensino, de avaliações, estratégias para ensinar, participação em cursos de capacitação, etc.

Fairclough (2016) preocupa-se com a prática social em seu sentido político e ideológico. Afirma que o discurso tomado enquanto social e político determina, mantém e transforma as relações de poder e entidades coletivas, por exemplo, as classes, os blocos, as comunidades, os grupos sociais, etc., entre os quais existem as relações de poder. Já o discurso enquanto prática ideológica pode constituir, naturalizar, transformar ou manter os significados do mundo de posições diversas nas relações assimétricas de poder.

Como afirma Thompson (2011, p. 19) “as formas simbólicas através das quais nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades “é real”. (grifo do autor). Essas formas simbólicas referem-se a todos os recursos materiais que são utilizados para disseminação de valores e conhecimentos, por meio de elementos técnicos que possuem lugar e função particulares. No nosso caso, trata-se do livro didático de Geografia, representados por textos nele contidos e analisados na seção seguinte. E são esses textos que são utilizados para representar e constituir o real.

A preocupação de Fairclough (2016) também se centra em entender a prática discursiva, especificamente a discursiva, o que quer dizer que a esta prática se apresenta em forma linguística, materializada em textos em sentido amplo (linguagem falada e escrita). Desta forma considera a prática social (política, ideológica, etc.) como uma dimensão do evento discursivo, da mesma forma que o texto. Prática discursiva é uma forma particular de prática social. “A análise de discurso particular como exemplo de prática discursiva focaliza os processos de produção, distribuição e consumo de textos. Todos esses processos são sociais e exigem referência nos ambientes econômicos, políticos e institucionais nos quais o discurso é gerado” (FAIRCLOUGH, 2016. p. 103). Ou seja, para entendimento do livro didático de Geografia a partir dos textos que apresenta, é necessário compreendê-lo a partir de onde é instituído e avaliado, por quem é produzido e distribuído, e quais sujeitos o consomem (professor e aluno). O autor é enfático ao afirmar que as pessoas ao produzirem o seu mundo, as práticas dos membros são conformadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em

que estão envolvidos, cujos limites delimitadores vão frequentemente além da produção de sentido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise do texto 1 “O problema das metrópoles e seus desafios para o século XXI”

Seguiremos no movimento da análise para a identificação de atores sociais, construção de relações sociais com base na produção do espaço, para compreender o funcionamento do discurso e as possibilidades de aprendizagem a partir dos riscos de desastres naturais, além dos possíveis sentidos de textos que possam engendrar. A identificação de atores sociais, que em ADC trata-se de uma categoria analítica, nos fornece subsídios para identificar as posições de atores sociais no discurso e compreender a negociação e constituição de identidades sociais e a sua posição frente a outros atores. Para análise do texto 1 utilizaremos a categoria “Avaliação” para identificação das formas pelas quais os produtores do texto representam o ambiente das metrópoles em diferentes contextos de produção do espaço.

Ramalho e Resende (2011) afirmam que através da categoria “Avaliação”, pode-se identificar as formas como os aspectos do mundo estão constituídos, construídos e relacionados ao que se considera bom ou ruim, ao aceitável; essa categoria, segundo a autora, está relacionada ao significado identificacional do discurso. As autoras afirmam que avaliações são sempre parciais e subjetivas e que estão ligadas a processos particulares de identificação, relacionados a estilos.

O texto em tela constitui-se da presença de intertextualidade dada sua natureza explícita em discurso direto. O texto é um recorte retirado de uma revista de circulação nacional. Inicialmente ele aborda o crescimento demográfico apontada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tem gerado aglomeração de grandes contingentes populacionais. A citação/identificação de um organismo supranacional, como a ONU – Organização das Nações Unidas, traz caráter de objetividade no texto, pois as informações são oriundas dessa entidade. Assim, cria-se primeiramente a cena do caos para os grandes centros urbanos, quando fala das megalópoles de países em desenvolvimento. Vejamos:

- (1) Nesses lugares, já se prevê hoje, o cotidiano deverá ser uma mistura de desigualdades, favelas abarrotadas, estrutura sanitária precária, poluição atmosférica e hordas de imigrantes chegando sem parar das regiões mais pobres atrás de melhores condições de vida (p. 17-18).

Como posto no excerto (1), o ambiente urbano do futuro das metrópoles de países não ditos desenvolvidos, será de caos e miséria, o que atesta para um meio sem saída para a autogestão em direção a uma melhor condição urbana. Souza (2012) afirma que o discurso do “caos urbano” tem sido utilizado por planejadores urbanos de todo o mundo, inclusive do Brasil para legitimar e justificar ações sobre o espaço. A depreciação desses ambientes está marcada de forma explícita quando o texto chama de “inferno urbano” e “problemáticas” as cidades de países em desenvolvimento como São Paulo, Bombaim, Calcutá e Délhi e Cidade do México; ampliaremos essa discussão adiante. Além disso, mostra que há uma “corrida” para alcançar um padrão desejável de cidade. Observemos:

- (2) As cidades da América Latina estão constantemente correndo atrás do prejuízo, ao contrário de capitais do Primeiro Mundo, que souberam organizar o crescimento [...]. O problema é que nos países mais pobres usa-se o orçamento das cidades para atacar os problemas emergenciais. O imediatismo é sempre mais caro e o dinheiro que é usado para estancar o problema das enchentes deixa de ser destinado a questões prioritárias de infraestrutura (p. 18).

Na contramão do que mostra a literatura sobre os desastres naturais, não apenas os ditos países pobres, mas também os países considerados desenvolvidos empregaram no último século um alto investimento em prejuízos gerados por desastres naturais. Tominaga (2009b) afirma que os Estados Unidos tiveram um prejuízo da ordem de 210 bilhões de dólares com a passagem do furacão Katrina, em 2005; que o terremoto de Kobe, em 2005, no Japão, teve um montante de milhares de mortes e pessoas afetadas. Sobre as enchentes, dados de 2008 apresentados por Amaral e Ribeiro (2009) de órgão internacional colocaram o Brasil na sétima posição de ocorrência desse fenômeno e os Estados Unidos em terceiro lugar. E nos desastres naturais relacionados a eventos hidrológicos o Brasil se encontrava na sétima posição, atrás de países como os Estados Unidos em terceiro lugar, a Alemanha que ocupava a quinta posição e a Austrália na sexta colocação para eventos meteorológicos. Portanto, permanece o discurso de associação dos desastres naturais com lugares de pobreza e subdesenvolvimento (o ambiente do caos).

Há que se notar também uma possibilidade no terceiro período do excerto (2) de ampliar o debate sobre desastres naturais, quando o texto afirma sobre a transferência de recursos destinados à infraestrutura urbana para as situações de emergência de socorro em períodos de enchentes. Tominaga (2009a) firma que essa fase de socorro corresponde ao segundo momento quando se está trabalhando com desastres naturais, que trata da atuação da Defesa Civil e do poder público em socorrer as comunidades afetadas pelos desastres, assunto caro, que incide justamente no planejamento urbano. Com isso podemos atestar que o texto apresenta enunciados concorrentes de formações discursas. No primeiro parágrafo o texto marca o discurso do planejador e no terceiro, um discurso que põe em cheque a atuação do planejador, o que atesta a interdiscursividade (presença de diversos discursos que nem sempre são harmoniosos entre si). A partir disso, abre o debate para as diferentes funções do Estado em situações de desastres naturais.

Essa forma de representar as cidades que não se enquadram nos padrões desejáveis de desenvolvimento atual das cidades capitalistas serve de justificativa para construir a representação da cidade de Londres, na Inglaterra, como modelo de revalorização do ambiente urbano, a partir da revitalização do rio Tâmisa e de sua área portuária. A partir do projeto urbanístico por que passou a metrópole, novos conteúdos urbanos foram introduzidos para valorizar a área imediata do rio, com a entrada de grandes empreendimentos empresariais, escritórios empresariais e obras de infraestrutura de mobilidade (transportes). Observemos.

- (3) A capital inglesa é um exemplo de como uma metrópole pode se recuperar [...]. Desde então, a economia prospera e a cidade é dona de um dos mais eficientes serviços de transporte urbano do mundo. A agitada e segura vida noturna e os eventos culturais que pipocam pelas esquinas atraem turistas do mundo todo.

Alguns pontos são relevantes para compreender a construção valorativa positiva da cidade londrina. A utilização do léxico “exemplo” atesta o caráter excepcional da cidade em ações desejáveis sobre o espaço, o que coloca as demais cidades em posição desigual. O léxico “eficientes” marca a valorização positiva do lugar (adjetivo positivo). Trata-se de um tipo de “afirmação valorativa” nos termos de Ramalho e Resende (2011) através da qual o produtor do texto identifica como o que é bom e aceitável enquanto lugar “bem-sucedido”. A utilização do léxico “segura” segue na mesma linha de presunções valorativas, uma forma implícita de atestar a

posição que o produtor do texto assume de identificação com o lugar. Desta forma, o ambiente da cidade britânica figura como o melhor exemplo a ser seguido. Não que não seja, mas lembremos que no início do texto é criado o ambiente do caos a partir das metrópoles dos países em desenvolvimento para valorar positivamente uma cidade de um país dito desenvolvido, o que constitui relações assimétricas entre cidades, e engendrando sentidos distintos na construção da realidade.

Outro aspecto relevante sobre a urbanização ou as novas formas de urbanização no contexto das sociedades capitalistas é apresentada por Carlos (2015), que tem estudado essas novas formas que o espaço e consequentemente o urbano tem assumido na atualidade. Em seus estudos, que tem como ponto de partida o estudo da metrópole paulista, mas que trata de movimento global, em seu papel na reprodução do capital e da sociedade, afirma que a revalorização de bairros e antigas áreas industriais tem mostrado um outro lado que não só o melhoramento dessas áreas, mas também como forma atualizada de segregação socioespacial, a partir do encarecimento do solo urbano, o que obriga antigos moradores e pessoas mais pobres dessas áreas a migrarem para áreas mais distantes e mais baratas, além de causar o apagamento da memória do lugar. Esse aspecto de introdução de novos conteúdos em áreas deterioradas de Londres está mostrado no texto e essa situação já acontecia na década de 1960. Vejamos como figura no texto.

- (4) Nos anos 60, a prefeitura decidiu que o imundo rio que cortava a capital deveria ser despoluído. Cerca de vinte anos depois, a água estava cristalina, e os londrinos comemoraram quando foi encontrado o primeiro cavalo-marinho. A projeto foi essencial ao renascimento da cidade, na época abandonada por indústrias, lojas e escritórios e dona de um dos maiores índices de desemprego da Europa. A região portuária recebeu modernos escritórios, lojas, prédios de apartamento e uma rede de transportes que a ligou com o resto da cidade. O Tâmisa ganhou em suas margens vários projetos empresariais, além de vias para pedestres e bicicletas. A abertura de novos negócios foi estimulada e o desemprego sumiu.

A introdução de gêneros discursivos sem o devido cuidado na escolha de certos textos pode causar efeitos ideológicos (de sentidos) de textos. Fairclough (2016) afirma que gêneros são formas estáveis por meio dos quais o discurso figura como ação e interação entre produtor do texto e leitor. Com isso, no texto em análise, constrói-se a imagem de que cidades de países em desenvolvimento são ruins para se morar, enquanto cidade dos países desenvolvidos são exemplos a se seguir.

A expressão “inferno urbano” atesta a presença da intertextualidade manifesta no sentido de que seu significado potencial é atravessado pelo discurso religioso cristão, uma vez que a palavra “inferno” remete a uma construção inóspita e indesejável de lugar, reforçando a conotação negativa sobre as metrópoles no hemisfério sul. “Inferno urbano” é uma construção metafórica de representação do ambiente do caos. Fairclough (2016, p. 250) “afirma que as metáforas penetram em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico. [...] Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo uma realidade de uma maneira e não de outra”. Ramalho e Resende (2011) ressaltam que a utilização de metáforas em textos é um processo de escolha em meio a inúmeras possibilidades de atribuição de significados, o que representa a orientação particular de representar aspectos do mundo; neste sentido, a metáfora realça ou encobre determinados aspectos que se deseja enfatizar.

O texto constrói-se sem o questionamento do modelo atual de desenvolvimento que está como pano de fundo da produção do espaço, pois o texto engendra compreensões sobre riscos de desastres naturais associados à urbanização como preponderantemente originários de cidades subdesenvolvidas; uma permanência discursiva que engendra efeitos negativos sobre a aprendizagem, e com isso, excluem-se os mesmos problemas urbanos em cidades ditas desenvolvidas. Apaga os motivos que levaram à urbanização acelerada de países subdesenvolvidos (internacionalização da produção industrial e nova divisão territorial do trabalho), que resultaram na transferência de problemas ambientais e degradação do trabalhador e suas condições de vida (BERTOLOTTI, 2011), o que não oportuniza a compreensão contraditória do espaço.

3.2 Análise do texto 2: “A disseminação de bairros pobres e as tensões no espaço urbano”

Utilizaremos a categoria de análise “Representação de atores iniciais” para identificar como os agentes sociais são figurados no processo de produção do espaço. Segundo Ramalho e Resende (2011, p. 149) essa categoria de análise textual se relaciona com o significado representacional, bem como a discursos particulares. As autoras afirmam que “atores podem ser excluídos de texto; podem ser incluídos, mas ter sua agência ofuscada ou enfatizada; podem ser representados por suas atividades ou enunciados; podem ser referidos por meio de julgamentos acerca do que são ou do que fazem, e assim por diante” (idem).

O texto inicia afirmando que o modelo do processo de urbanização brasileiro é excludente, e que custou ao país uma grande quantidade de pessoas desempregadas e empobrecidas. Menciona que essa população se vê obrigada a habitar favelas e cortiços. Em seguida, apresenta três gráficos em um quadro com dados do IBGE para mostrar o percentual de municípios brasileiros que apresentam em sua composição cortiços, loteamentos clandestinos e favelas. Descreve brevemente o ambiente de favela. Afirma que em grandes cidades esses assentamentos são frequentes em áreas de risco e identifica-as em áreas de encostas com declividade alta e fundos de vales. Associa o ambiente de encosta com a ocorrência de desabamentos e fundos de vales a inundações e/ou enchentes. Afirma que a ocupação em prédio de especulação imobiliária em áreas centrais é uma resposta ao processo de exclusão por que tem passado grupos sociais excluídos, e coloca a criminalidade como fator da exclusão, e assim, constitui o Outro segregado. O texto finaliza afirmando que o contexto de marginalização desses grupos é devido à negação do ambiente da cidade, negação de direitos sociais básicos e da cidadania.

Correa (2012) afirma que os agentes sociais que produzem o espaço se inserem na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. De acordo com esse autor, tais agentes materializam os processos sociais que assumem forma de ambiente construído; este autor considera processos e agentes sociais como elementos inseparáveis e preponderantes no próprio movimento da sociedade.

A condição de vida dos grupos excluídos é tema relevante e enfatizado, que, segundo o texto analisado, insere-se no processo social e histórico relacionado à urbanização, a qual atribui-lhe caráter excludente. Com isso mostra indícios da construção sócio-histórica das cidades (grandes) brasileiras. Vejamos.

- (5) O rápido processo de expansão urbano-industrial brasileiro, baseado em um momento de crescimento econômico excludente, vem gerando um número considerável de desempregados e um maior empobrecimento da classe trabalhadora, principalmente por causa do achatamento dos salários.

A partir desse excerto podemos fazer algumas asserções. Primeiro, a identificação de um espaço que se produz na diferença, pois se trata de um espaço que nasce na esteira do crescimento econômico capitalista identificado como “excludente”, pressupõe-se que haja uma ou mais divisões de áreas e grupos sociais no espaço. Vasconcelos, Correa e Pintaudi (2013, p. 9)

afirmam que “a segregação espacial insere-se na produção do espaço, consistindo, juntamente com as suas consequentes formas, em um dos mais importantes processos do espaço urbano”. A segregação a partir das formas precárias de habitação marca, desta forma, uma característica da cidade capitalista no cenário brasileiro.

Segundo, a condição econômica do trabalhador elucidada no texto, que já nasce em desvantagem. Para Bertolotti (2011, p. 149) o processo de industrialização em São Paulo, com marca para a década de 1950 de forma mais intensa uma relação de trabalho contraditória e assimétrica. Assim descreve:

- (6) Verificamos anteriormente que a industrialização de São Paulo, sobretudo a partir dos anos 50 [...], ocorreu de forma intensa e com taxas de crescimento elevadas. Em contraposição com as altas taxas de crescimento da produção industrial e o valor da produção industrial, fortemente concentrado na capital paulista, o período foi marcado pela presença de relações de trabalho assentadas em formas de exploração intensas, promovendo o arrocho salarial e mesmo a proliferação de formas precárias de relações de trabalho. Culminou na implantação de um modelo de acumulação altamente rentável para os segmentos empresariais (sobretudo o setor corporativo) que só foi possível com base na exploração intensiva da força de trabalho, repercutindo numa das estruturas de desigualdades sociais mais agudas do mundo.

Terceiro, o texto enfatiza fatores para a compreensão da produção do espaço; faz um nexo entre economia, população e urbanização, elementos que podem levar ao entendimento da lógica de produção do espaço urbano na atualidade. Ao identificar esses assentamentos como “cortiços”, “loteamentos clandestinos” e “favelas”, classifica e relaciona população e nível de renda, como mostra no excerto abaixo.

- (7) Milhares de famílias de baixa renda são obrigadas a viver em favelas, em cortiços ou mesmo nas ruas das grandes cidades, já que não possuem renda suficiente para ter uma moradia adequada.

Essa informação é justificada por dados estatísticos do IBGE sobre a quantidade de assentamentos precários (33%) dos municípios brasileiros, os quais apresentam essa morfologia social. Assim o discurso modula-se para trazer à enunciação sentidos de objetividade, uma vez que um órgão oficial é figurado como autor das informações apresentadas, o que evita o senso comum. A figura 1 abaixo, extraído do texto, representa o discurso.

Favelas, cortiços e loteamentos clandestinos do Brasil



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Perfil dos Municípios Brasileiros — Gestão Pública 2001 e 2008*. Obtido em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 28/06/2011.

Figura 1: Favelas, cortiços e loteamentos clandestinos no Brasil. Fonte: Bolígian e Alves (2013).

Embora os produtores do texto não abordem claramente a questão do risco de desastres naturais, relacionam habitação, condição social e ambiente, e com isso abre espaço para que se desenvolva a relação de processos sociais com naturais ao relacionar eventos naturais com assentamentos humanos, caracterizando os desastres. Vejamos.

- (8) Nas grandes cidades, a falta de acesso a terrenos com condições mínimas de habitabilidade fez com que muitas favelas surgissem nas chamadas **áreas de risco**, locais ambientalmente perigosos, que podem apresentar grande declividade como as encostas de morros, sujeitas a desabamentos. Há também os casos de favelas localizadas em fundos de vale, passíveis de enchentes ou de inundações, ou ainda em áreas de mangue, no caso das cidades localizadas no litoral. (Grifo dos autores).

Quando o texto fala de “condições mínimas de habitabilidade”, uma das possibilidades de compreensão do tema é a relação condição espacial no espaço da cidade grande, que no caso, esta é negada pela supressão do direito de habitar dignamente. Alvarez (2013) afirma que essa negação que se relaciona com a condição socioespacial deriva de que, muito embora a cidade seja produzida socialmente, ou seja, pelos trabalhadores, o acesso à cidade acontece via propriedade privada, o que atualiza a configuração do espaço enquanto condição, meio e produto da atual produção do espaço e do movimento de reprodução da sociedade. Daí a assertiva de que o espaço torna-se mercadoria, impulsionado por empreendedores imobiliários (iniciativa privada na compra da terra) em acordo com o Estado (poder municipal a partir de políticas de revalorização/revitalização de antigas áreas industriais) produzindo novos objetos espaciais e

novos conteúdos e sentidos urbanos, o que delimita quem pode ter acesso a essas novas áreas (CARLOS, 2007; 2015). “Assim, a segregação urbana se expressa, por exemplo, na morfologia profundamente desigual das habitações, na dificuldade e/ou impossibilidade de acesso à centralidade urbana e aos seus serviços, e hoje, marcadamente pela quase impossibilidade da presença na cidade, para grande parte de seus habitantes” (ALVAREZ, 2013. p. 113).

Como mostrados em momento anterior, movimentos de massa, inundações e enchentes são eventos naturais associados a condições hidrometeorológicas. No excerto (3) citado acima, o texto relaciona a ocorrência desses fenômenos em seu sentido estrito, como algo que acontece *per si*, identificados pela utilização da palavra “passível”, no sentido de que são áreas propensas a sua ocorrência. Isso o texto identifica como “locais ambientalmente perigosos”. Em seguida, amplia a magnitude desses eventos pela presença humana, caracterizando o desastre natural quando identifica as áreas de risco: “encostas de morros” e “fundos de vales”. Possibilita que o professor trabalhe os conteúdos da natureza em relação com o processo de habitar, integrando sociedade e natureza. Os fenômenos naturais neste ponto ganham dupla “paternidade”: a compreensão dos eventos naturais em si e acelerados pela ação humana. Além do mais o processo de formação dos assentamentos precários não está romantizado, o que possibilita a identificação de atores sociais, suas funções no espaço, bem como o lugar de cada um na produção do espaço geográfico.

Bertolotti (2011) identifica que a periferia de São Paulo (zonas norte em torno do Parque da Cantareira e zona sul nas imediações da represa de Guarapiranga) tem se expandido chegando a alcançar as áreas de mananciais que são de proteção permanente; são áreas que, segundo o autor, possuem o valor do solo dentro da área da capital mais barato, o que “obriga” a população a habitar nessas áreas.

O Estado é figurado no texto a partir de várias formas: no desempenho de duas atividades em “de acordo com levantamentos recentes” e enquanto entidade de pesquisa “IBGE”, marcando a presença do Estado no conhecimento do território, e também por suas forças coercitivas identificados pelas entidades “polícia” e “exército”, ambas entidades que exercem o poder pela força física e por táticas horizontais no território. O texto exclui o Estado em sua função reguladora, normativa e produtora do espaço, o que esvazia o debate sobre a atuação do Estado como agente que também promove segregação socioespacial.

Em suas múltiplas funções o Estado, segundo Correa (2012) é responsável por: estabelecer as condições jurídicas de produção e uso do espaço; taxar a propriedade fundiária de

acordo com seus conteúdos; realizar obras de infraestruturas (estradas, pontos, sistemas de energia, etc) que serão a condição para a realização do trabalho de outros agentes; bem como obras no espaço intraurbano (drenagem, desmonte, aterramento, contenção de encostas, etc); controlar o mercado fundiário; tornar-se promotor imobiliário, principalmente em políticas públicas de habitação de casas populares; além de produtor industrial.

Outro agente que se encontra representado por atividade é os agentes imobiliários em “especulação imobiliária” e que tem ação relevante na fase atual da urbanização. Esse agente tem sua agência ofuscada. Correa (1995) firma que os promotores imobiliários atuam na incorporação da terra e seu parcelamento (loteamento); construção de unidades residenciais e/ou comerciais (condomínios). Esse movimento de compra, produção e venda de objetos espaciais, além de “revalorizar” área, atua, como já afirmamos antes, no apagamento da memória do bairro e na expulsão de pessoas pobres ou antigos moradores (PADUA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros didáticos de Geografia como objeto de estudo são um campo fértil para compreensão dos sentidos pretendidos, portanto potencial, que são engendrados para a aprendizagem do conhecimento geográfico escolar. A nossa contribuição é no sentido de oportunizar novos debates e aprofundamentos atuais em torno do livro didático enquanto espaço de lutas discursivas, acerca do que dever ser ensinado por meio dele.

A partir desse pressuposto, apresentamos duas breves análises de dois textos acerca das possibilidades de ensino e aprendizagem em torno dos riscos de desastres naturais. Essa temática, compreendemos-la como produto e processo do estágio atual da dinâmica sociedade e natureza. A partir dela analisamos os discursos que engendram sentidos potenciais de texto e a forma pela qual informa, forma, produz consensos e naturalizações, constituição de relações sociais e identidades negociadas nos textos. As análises apontam diferentes conclusões. O texto 1 marca a presença de uma voz distante da realidade vivida, nos termos de Souza (2012), a partir de um “olhar de sobrevoo”, olhar este que não conhece “o lado de cá”, o lado das pessoas, do ambiente das cidades bem como a forma como elas funcionam por dentro; esse autor afirma que é a marca do olhar do planejador, que produz o discurso do caos associado a outra lexicalização, para produzir determinados sentidos (ideológicos) e justificar, a partir disso, a atuação sobre o espaço.

Nisso o texto 1 apresenta um discurso de preconceito, atestando de forma negativa o ambiente das metrópoles que não pertence ao conjunto dos países ditos desenvolvidos. Isso implica a valorização do modo de produção do espaço capitalista, que se estabelece pela expropriação e atuação quase irrestrita sobre o espaço. O novo espaço londrino surge como oportunidade de modelo a ser adotado. As possibilidades de ocorrência de desastres naturais nessas cidades, tornam-se segundo a leitura deste texto, muito mais factíveis. Albuquerque (2014) afirma que a sociedade ou parte dela define o que deve ser apresentado e representado nesse material, ou seja, aquilo que deverá ser aprendido e lembrado, quanto conteúdo da realidade. Assim, o livro didático constitui a realidade apresentada de forma naturalizada, a partir de enunciados, palavras e metáforas para desqualificar cidades em desenvolvimento.

Em contrapartida, o texto 2 apresenta-se como a oportunidade de uma leitura crítica. Muito embora não trate diretamente do problema de desastres naturais, apresenta nexos com relação à população, à atuação de atores sociais no espaço, que, a partir do olhar atento do professor, pode tornar a leitura fecunda. É interessante ressaltar que esse texto aprofunda a questão do direito à cidade, tão caro quando se trata da questão fundiária no Brasil. Logo, a possibilidade de ampliação pelo aluno, da realidade nacional principalmente, de forma a evidenciar o processo de desigualdade socioespacial é maior que no primeiro texto, além de situá-las como consequência desse processo.

Podemos dizer, então, que o livro didático possui uma “morfologia de aprendizagem” que caracteriza sua “rugosidade”, ora promotor do saber ora constrangedor, com a presença marcante de formações discursivas que interagem, nem sempre harmoniosas, para engendrar sentidos de textos ao apresentar e representar práticas socioespaciais. Os enunciados que atestam discursos diferentes demonstram a interdiscursividade existente nos livros didáticos de geografia. A potencialidade de se aprender sobre os desastres naturais a partir desses textos, é que ambos apresentam ambientes e sujeitos que estão em maior susceptibilidade ao risco, bem como na contradição que existe a partir da produção do espaço. Embora as metrópoles de países em desenvolvimento foram representadas como ambientes do caos, são nesses ambientes que, e não apenas estes, os risco de enchentes e inundações são mais frequentes. Os desastres naturais abrem-se como ponto de partida para se pensar a relação entre os sujeitos, grupos sociais e da própria relação sociedade e natureza; aqueles, portanto, como um possível ponto nodal do momento atual para uma compreensão mais aprofundada da produção do espaço.

THE RISK THEME ASSOCIATED WITH NATURAL DISASTERS IN GEOGRAPHY TEXTBOOKS: A DISCURSIVE READING FROM THE PRODUCTION OF SPACE

ABSTRACT

This article aims to present two analyzes of texts contained in textbooks. At the opportunity, we discuss the discursive aspect of the book, based on the Critical Discourse Analysis, which can be used to investigate possible (ideological) senses of texts that may now constrain knowledge and may promote the construction of knowledge of school geography. We identify that one of the texts uses difference through metaphors to construct realms of meaning, from which spaces are valued and others depreciated. The other text presents the flood as one of the results of the process of urbanization of Brazil, for that, it represents elements of space as the fruits of temporally determined socio-spatial contradictions. It is concluded that, although the textbooks are from the same collection analyzed, they present a contradictory interdiscursivity.

Keywords: Geography Teaching. Flood. Learning. Urbanization.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Livros Didáticos e Currículo de Geografia: uma história a ser contada. In: TONINI, Ivaine Maria *et al.* (Org.). **O Ensino de Geografia e suas composições curriculares**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014, p.161-174.

ALVAREZ, Isabel, Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. Introdução. São Paulo, 2013.

AMARAL, RIBEIRO. Inundação e enchentes. In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (orgs). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. São Paulo: Instituto Geológico, 2009a. 196p.

BERTOLOTTI, Frederico. **Os conteúdos sociais da crise ecológica**: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga. São Paulo: Labur Edições, 2011, 273p.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Geografia espaço e vivência**. v. 2. 2ed. São Paulo: Saraiva, 2013a.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Geografia espaço e vivência**. v. 3. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013b.

CARVALHO, Celso Santos; GALVÃO, Thiago. (Orgs). **Prevenção de riscos de deslizamentos em encostas: guia para elaboração de políticas municipais**. Brasília: Ministério das Cidades;

Cities Alliance, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo:

Labur Edições, 2007, 123p

_____. Metageografia: ator de conhecer a partir da geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CERRI, Leandro. Eugênio. da Silva; AMARAL, C. P. do. Riscos geológicos. In: OLIVEIRA, Antonio Manoel dos Santos; BRITO, Sérgio Nertan Alves de (orgs). **Geologia de engenharia**. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, jan. 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012. 254 p.

MARCELINO, Emerson. Vieira. **Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2008.

NUNES, Lucí Hidalgo. **Urbanização e desastres naturais**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

PADUA, Rafael Faleiros de. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. 272p.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. (Coleção: Linguagem e Sociedade, v. 1)

SOUZA, Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder. Práticas, imaginários e discursos heterônimos e autônomos na produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed., 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. 234p.

TOMINAGA, Lídia Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (orgs). **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009a. 196p.

TOMINAGA, Lídia Keiko. Análise e Mapeamento de Risco. In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (orgs). **Desastres naturais:** conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009b. 196p.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (orgs). Introdução. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013.

VEYRET, Yvette (org.). **Os riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo, SP: Contexto, 2007. 319p.

Recebido em 09/10/2017.

Aceito em 09/02/18.